

Letramento na educação de jovens e adultos: grupo focal com alunos do Colégio Estadual Conselheiro Carrão

Beatriz Pozzobon Araujo

José Carlos Fernandes

Introdução

Deve-se afirmar que todos somos leitores (CHARTIER, 2009, p. 232). Lemos o mundo, lemos a vida. Lemos imagens, vídeos, sons e gestos, o tempo todo, desde o dia do nascimento. A leitura do mundo precede a leitura da palavra (FREIRE *apud* QUEVEDO, 2005, p. 42). Porque, como afirma Quevedo (2005), não se pode negar que a memória dos sons, dos cheiros, dos sabores, das texturas, além das imagens, constitui-se noutro processo de leitura. Dessa, forma, tornam-se indissociáveis e paralelos no indivíduo os dois processos: o de leitura do mundo e o de leitura da palavra.

A leitura da palavra, no entanto, não faz parte do cotidiano de todos os brasileiros. Em 2006, apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos era

plenamente alfabetizada, segundo dados do Instituto Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf)¹. Em 2012, o número de analfabetos no país era de mais de 13,2 milhões.

O sistema educacional brasileiro não consegue manter o aluno na escola até seu término. Vale mais a pena ir trabalhar do que gastar horas e anos em aulas nas quais não se aprende quase nada, ou não se entende o conteúdo, quando não sua aplicabilidade. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 33% dos jovens estão atrasados no ensino fundamental e 15% estão fora da escola. A evasão escolar é causada principalmente pela falta de interesse dos alunos, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O jovem chega ao ensino médio sem entender o que está sendo passado pelo professor (MOI, FOLHA DE S. PAULO, 2011). O resultado dessa falta de comunicação e falta de conectividade é o esperado: sucessivas repetições e desistências, persistentes à revelia da universalização do ensino básico, alcançada nos anos 2000. De acordo com Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), se o ensino não desperta o interesse dos alunos é natural que eles terão dificuldade em se formar. O que é realmente bastante preocupante, visto que uma parcela importante da queda da desigualdade de renda no Brasil, na última década, está associada a um aumento da escolaridade (FRAGA, FOLHA DE S. PAULO, 2013).

A professora Lenice Conceição que, há sete anos ministra aulas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Curitiba (PR), em entrevista, afirma que a EJA é formada por três perfis de alunos – os trabalhadores que por necessidade profissional voltam a estudar, os jovens que reprovaram diversas vezes no ensino regular e acabaram desistindo e uma fatia menor de idosos, que querem voltar a se ocupar por prazer ou mesmo para romper o isolamento e a solidão a que se veem relegados no outono da vida.

1 O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizado com o apoio do IBOPE Inteligência com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano.

A técnica de pesquisa utilizada foi o grupo focal, que se define pela coleta de dados por meio das interações grupais, ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador (MORGAN *apud* GONDIM, 2003, p. 3). Em outras palavras, Costa (2010, p. 181), define grupo focais como “um tipo de pesquisa qualitativa que tem por objetivo perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência em um grupo em particular”. Em linhas gerais, grupo focal é uma entrevista coletiva que busca identificar tendências. A interação foi realizada em outubro de 2017, com 16 estudantes da EJA do Colégio Estadual Conselheiro Carrão, localizado no bairro Uberaba, região tradicional da parte sul de Curitiba (PR), inflada a partir de 1970 devido ao forte fluxo migratório provocado pela Geada Negra, fenômeno que dizimou os cafezais paranaenses, principal economia do estado. A EJA do Uberaba oferece ensino fundamental e ensino médio. O grupo era formado por seis adolescentes e jovens de 15 a 19 anos; nove adultos; e uma mulher de 60 anos.

O grupo tem em comum a vontade de terminar os estudos, contrariando todas as expectativas, posto que muitos, por motivo de trabalho e fadiga, acabam desistindo também da EJA, processo marcado por contínuos retornos após sucessivos abandonos. No senso comum, estima-se que um aluno de educação de jovens e adultos possa retornar até seis vezes, o que atesta o desejo de concluir e a dificuldade de permanecer. No início do ano, a turma da escola visitada era o dobro da que se apresentava no mês de outubro (CONCEIÇÃO, 2017).

Com base nessas ponderações, o artigo tem por objetivo conhecer a realidade dos alunos da EJA do Colégio Estadual Conselheiro Carrão, a fim de identificar suas relações com a leitura e com o livro, sejam de desejo, experiência, estética ou aplicabilidade. Para tanto, além das entrevistas realizadas a partir do grupo focal, esta pesquisa se baseia em diversificado referencial teórico.

Letramento na Educação de Jovens e Adultos

A palavra “ler” tem origem no latim *legere*, que significa “recolher”. Dessa forma, metaforicamente, a operação da leitura é relacionada à ação de semear a superfície de um campo:

Essa concepção de leitura valoriza o seu resultado: o leitor recolheu, ajuntou, colheu... O quê? Materiais que vão distraí-lo ou que

o tornarão mais sábio, mais instruído, porque a leitura é também um meio de assimilar o saber de outro. A atividade do leitor varia, certamente, conforme a natureza do texto lido: a gente esmiúça um contrato, devora um romance, dá uma olhada numa revista e folheia um jornal. (VANDERLOPE *apud* CAPPARELLI, 2005, p. 57)

Para ler a palavra são necessárias certas especificidades, como concentração e raciocínio, que levam às possíveis significações do texto. Ler, afirma-se nos círculos específicos, é, acima de tudo, uma prática, para muito além de um hábito, conceito por natureza, repetitivo, mecânico e protocolar. Para Quevedo (2005, p. 52), ler é um ato solitário, num primeiro momento, um trabalho intelectual exigente, com diferentes dificuldades de acordo com o texto que o leitor está lendo. Dessa forma, o ato cotidiano de ler contribui para a ampliação das habilidades cognitivas, promovendo uma maior agilidade do intelecto. Quanto mais lemos, mais queremos ler e mais capacidade temos para isso. Dentre as formas de leitura, de mundo, de filmes, de peças de teatro ou de músicas, a leitura da palavra é, certamente, a mais complexa. É uma síntese que envolve as habilidades necessárias para a realização dos demais tipos de leitura. Concilia habilidades mecânicas do olho humano, memória, sentidos, imaginação e desejos, conjunto que concorrem para fazer da leitura uma das mais fascinantes potencialidades humanas.

E por que lemos? Para responder, pode-se fazer uma analogia com a célebre frase de Ferreira Gullar: “A arte existe porque a vida não basta”. Sendo a leitura uma forma de arte – posto que a prática pressupõe a experiência estética -, lê-se para ultrapassar os limites da vida real, conhecer lugares em que não se pode ir e pessoas às quais não haveria condições de ter contato. Lemos pela necessidade de nos conhecermos melhor e porque necessitamos de conhecimento das coisas da vida (BLOOM, 2001, p. 25).

Todos somos leitores de mundo, mas a leitura da palavra, como um direito, é retirada de alguns, em meio a letramentos inconclusos, escolaridades deficitárias e ausências de canais de desenvolvimento do ato de ler para além dos bancos escolares. Como parte da trágica realidade da leitura no Brasil está a falta de compromisso com o tema, indevidamente relegado à categoria “assunto de escola”.

“Ser ou não ser leitor depende – obviamente – da eficiência das políticas educacionais, do estímulo familiar, do ambiente cultural e do esforço próprio” (FERNANDES, 2013, p. 1). Pesquisa intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”, de 2001, revela que há uma relação direta entre escolarização e gosto pela leitura: 22% dos que estudaram até a 4ª série dizem gostar muito de ler; índice que sobe para 33% dos que concluíram o ensino fundamental; entre os que passaram pelo ensino médio, os números vão a 40%, chegando a 62% entre os universitários (ABREU, 2003, p. 34).

Neste sentido, dados de outra pesquisa, promovida pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf, 2001), revelam uma relação direta entre alfabetismo e oportunidades sociais. A análise comparativa do nível de alfabetismo com a classe socioeconômica, o grau de instrução e o tipo de atividade profissional demonstram que são essas circunstâncias que contribuem para o letramento, e não o contrário. Ou seja, a condição de maior ou menor domínio de habilidades de leitura e escrita e o exercício de atividades dessa natureza é antes o resultado da situação social que a possibilidade de maior participação (BRITTO, 2003, p. 56).

Impõem-se a constatação do óbvio: há estreita correlação entre letramento e condição social: enquanto apenas 14% dos sujeitos das classes D e E estão enquadrados no nível mais alto de alfabetismo, 58% dos sujeitos das classes A e B se localizam nesse nível. Os resultados por renda, raça e escolaridade reproduzem esse perfil, com ligeiras diferenças (BRITTO, 2003, p. 54). Deduz-se que o problema está muito mais relacionado com as condições de acesso ao livro e à informação que à falta de interesse das pessoas.

Na sala de aula da professora Lenice, no Colégio Estadual Conselheiro Carrão, há desempregados; adolescentes, que desistiram do ensino regular por não acompanharem a turma, além de dona de casa; babá; eletricitista, que é também soldador, carpinteiro e azulejista; cuidadora de idosos; pintor; motorista de caminhão; e uma zeladora da própria escola. A maioria reside no mesmo bairro em que a escola se situa, o Uberaba; poucos moram no bairro ao lado, o Guabirota; ou ainda no Cajuru, área extensa e de formação semelhante ao Uberaba. Muitos deles evadiram os estudos anteriormente para poder trabalhar. Hoje, trabalham de dia e estudam à noite para tentar um emprego melhor.

Como a Márcia, que é babá, mas quer fazer curso técnico em Enfermagem. São membros das classes C e D. Alguns moram de favor na casa de parentes, na tradicional categoria de “agregados”.

A professora Lenice diz que há muita evasão na EJA e o maior motivo de desistência é o cansaço do próprio trabalho. A turma de outubro equivale à metade da que começou o ano. Casos parecidos ao de Hugo, de 33 anos, que é motorista de caminhão e parou de estudar aos 14, quando saiu do Norte Pioneiro do Paraná em direção à capital do estado para trabalhar. “Eu me senti aliviado quando eu parei de estudar. Mas depois tem que voltar, né? Faz três anos que estou estudando. Está sendo puxado conciliar serviço com estudo. É difícil chegar no horário”.

Segundo a professora, os estudantes “morrem de medo de ler”. Têm muita dificuldade de compreensão, interpretação, de raciocínio lógico e, principalmente, para escrever. O caminho encontrado por ela são as rodas de leitura e as leituras em voz alta, em conjunto com discussões das temáticas lidas e contextualizações com a vida dos alunos. O método que a professora Lenice optou para ensinar seus alunos da educação de jovens e adultos tem, segundo Quevedo (2005), se mostrado eficiente.

Num primeiro momento, os alunos leem silenciosa e individualmente, várias vezes até que façam a compreensão do todo. Depois, entra a professora, que pode fazer questionamentos sobre os pontos mais relevantes do texto e, posteriormente, inicia-se a leitura em voz alta. É preciso que o professor tenha conhecimento e presença de espírito para que o método funcione. Mais ou menos como um ator de teatro de rua, que a todo momento avalia a reação do público para ver se sua atuação está fazendo sentido.

Faz-se, então, necessário que o professor esteja de corpo e alma presente. E, assim se estabeleça a relação do texto lido com as vivências dos alunos. “A partir daí, podem ocorrer momentos de magia em que a descoberta, o dar-se conta, torna o texto verdadeiramente vivo e significativo. Nessa situação, pode se instalar o prazer pela leitura e, conseqüentemente, uma tendência aproximativa dos educandos em relação a textos escritos” (QUEVEDO, 2005, p. 47).

Sobre a leitura conjunta e em voz alta, a estudante Angelita, que tem 41 anos e está desempregada, diz que “gosto quando a professora Lenice lê. Ela lê direitinho. Quando ela lê, ela faz a voz do personagem, é muito bom”. Ainda sobre a atuação da professora em sala de aula, a estudante afirma também “a professora é muito boa. Ela tem paciência e explica até a gente ‘pegar bem’ a matéria”. Angelita fala ainda que:

...o professor faz a diferença na vida da gente. Eu só tenho que agradecer muito a ela, muito mesmo. Eu oro para ela todos os dias, para que Deus continue dando saúde para ela, para que ela continue assim. Hoje, depois de adulta, eu posso dizer que ela é minha melhor professora, de todos os professores que já passaram aqui, eu gosto dela e de uma professora de inglês. Porque tem coisa que não entra na minha cabeça e elas ensinam com carinho. Tem professor que joga o conteúdo na sua mão para você aprender sozinho, daí fica difícil (ANGELITA, 2017).

A professora Lenice sabe que está fazendo a diferença na vida desses alunos e é por isso que, após 25 anos de carreira, ainda não se aposentou. “Os alunos da educação de jovens e adultos são mais interessados. Demonstram alegria ao aprender. Valorizam a aprendizagem. O retorno é maior. É o que me faz continuar dando aulas”, diz ela em comparação com os estudantes do ensino regular. “Há muito desrespeito e indisciplina no ensino regular. Os adolescentes detestam ler. O interesse na EJA é bem maior”. (CONCEIÇÃO, 2017)

O aumento de interesse pode acontecer devido ao fato de que os estudantes da educação de jovens e adultos estão mais maduros para a aprendizagem. Muitos deles estão ali para conseguir um emprego melhor e mudar de vida. Porque, como já é sabido, o letramento individual se constitui como fator de empregabilidade. Segundo Britto (2003, p. 54), é discurso corrente que a baixa escolarização e as dificuldades no trato com a leitura e a escrita são um elemento de exclusão social e de baixa produtividade, visto que este é critério de contratação do trabalhador pelas empresas.

Apesar da volta difícil aos bancos escolares, os alunos da educação de jovens e adultos conhecem bem a relação entre letramento e empregabilidade e, por

isso, resistem. Como o Aguinaldo, de 37 anos, que trabalha de eletricista e faz vários outros bicos, mas o que sonha mesmo é ser soldador, que é o que gosta de fazer, mas diz precisar do ensino médio completo para exercer tal função. Ou o Thiago, que parou de estudar quando se casou, ainda adolescente, e hoje retorna à escola para conseguir um emprego com carteira assinada. E até mesmo o Edilson, esposo da Angelita, que estava desempregado no dia em que foi realizado o grupo focal, mas disse que já tinha data marcada para começar a trabalhar numa empresa como técnico de manutenção predial, isso porque voltou a estudar.

Mas não é só de busca por empregos melhores que vive a EJA, ainda que a Retratos da Leitura do Brasil verifique, a cada nova edição, a associação entre estudar e encontrar melhor qualificação no mercado de trabalho. Muitos estudantes estão lá porque se sentem mais felizes assim, reiterando a escola como espaço de sociabilidade, troca e mesmo de reconhecimento da força de trabalho daquele que estuda. “A escola lhes foi tirada por exigência da pobreza, da cultura machista – no caso das mulheres – ou por circunstâncias familiares, como a obrigação de participar do orçamento doméstico” (FERNANDES, 2013, p. 7). Edilson, por exemplo, conta que até o modo de falar dele mudou depois que voltou a estudar.

A gente falava muito errado. Eu aprendi que homem fala ‘obrigado’ e mulher fala ‘obrigada’. Quando a gente deixa de estudar, a gente se sente inferior aos outros. Porque quando a gente vai levar um currículo, eu tenho só o fundamental completo, então eu era muito humilhado nas empresas de recursos humanos. (EDILSON, 2017)

Edilson mora com a esposa Angelita num cômodo emprestado pela sogra, visto que os dois estão desempregados. Angelita é mãe de dois meninos, oriundos de outro casamento, e tem um neto. O primeiro filho tem 21 anos e parou de estudar aos 12 para trabalhar. O segundo tem nove e, segundo Angelita, está aprendendo as mesmas coisas que ela na escola. “Às vezes, eu explico algumas coisas pra ele, e ele explica outras para mim. Isso é legal, sabe?” No entanto, a criança não mora com ela, e sim com o pai, já que por ela estar desempregada

e não ter uma casa com condições para abrigar uma criança, o Conselho Tutelar deu a guarda, que antes era compartilhada, apenas para o pai.

Ela, que a mãe tirou da escola aos nove anos para ajudar no trabalho de casa e no cuidado com os irmãos mais novos, passou muitos anos se sentindo deprimida e inferiorizada por não ter ido à escola. “Sair da escola foi bem frustrante. Eu me tratei seis anos com psicólogo e fiquei quatro anos tomando antidepressivo. Meus pais foram muito ausentes, não tinham tempo para gente em casa” (ANGELITA, 2017). Sobre poder estar novamente na escola, ela diz:

Hoje me sinto bem na sala de aula. Tem muitas coisas que eu não sabia e estou aprendendo. O conhecimento sempre é bom. O estudo é maravilhoso, para gente poder se expressar com as pessoas, sair daquela vida parada em casa, andando para trás, que não produz nada para frente [...] Quando a gente é criança é mais fácil de aprender. Agora tem todos os problemas em casa. Não é fácil, né? Mas, eu estou feliz, porque a mente da gente vai abrindo. Quando a gente não estuda, a gente se sente uma pessoa analfabeta, uma pessoa burra. Eu me sentia assim. Eu achava que não ia aprender nada. Mas coloquei Deus na frente e falei ‘eu vou’. (ANGELITA, 2017)

A suposição é que, segundo Fernandes (2013), homens e mulheres como Edilson, Angelita e toda a turma da professora Lenice, desafiaram as estatísticas e se tornaram leitores para resolver, claro, a impasses pessoais, como a busca por um emprego. Porém, ler, para eles, não se encerra no atendimento de um imperativo imediato, mas “seria uma forma de estar na sociedade e de encontrar seu lugar na cidade, local em que precisam garantir sua existência, rejeitando o anonimato imposto pela condição escolar frágil – comum a todos eles” (FERNANDES, 2013, p. 7).

Desempregados, o casal Angelita e Adilson não tem dinheiro para comprar livros, apesar de desejá-los. Edilson conta que depois que voltou a estudar, está lendo mais. Ele achou “um monte” de livros que iam jogar fora e levou para casa. Sobre este assunto, Angelita comenta que:

...como eu moro numa ‘peça’ (um cômodo), eu coloco todos os livros em cima do guarda-roupa bem ajeitadinhos. Que um dia, eu

tenho fé em Deus, que Ele vai me dar uma casa, com uma estante, para eu colocar os livros lá. Que nem eu vejo aqui na biblioteca, eu fico pensando, um dia eu quero ter uma sala assim. Eu estou desempregada, não tenho dinheiro para comprar livros, mas já peguei diversas vezes na rua, não tenho vergonha de falar. E aí fico lendo, olhando e estudando com os livros. Onde já se viu jogar livro fora? (ANGELITTA, 2017)

Mais do que as pesquisas acima citadas, as histórias de Angelita, Edilson e dos alunos da turma da professora Lenice, revelam a relação intrínseca entre letramento e condições sociais. Talvez se todos os brasileiros tivessem condições reais de leitura, nosso país não galgaria índices de leitura tão baixos quando comparados a outros países, inclusive da América Latina. É, neste sentido, que fica clara a necessidade de intervenção governamental para reduzir a grande distância entre ricos e pobres quando se trata de educação e, principalmente, na redução da desigualdade no país.

Em texto divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o economista Alexandre Rands, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), salienta que famílias em que os pais têm maior capital humano tendem a ter mais recursos para investir na educação dos filhos. Por isso, as desigualdades educacionais tendem a se perpetuar se não houver interferência do governo. Como no caso da Angelita, que parou de estudar aos nove anos, e o filho mais velho abandonou a escola aos 12.

Dados do Inaf de 2001 mostraram que a influência dos pais tem peso na formação do gosto de ler. Dessa forma, “aqueles pais que não têm como prática a leitura pouco podem contribuir para ajudar seus filhos na tarefa de estudar” (SERRA, 2003, p. 72). Edições mais recentes do Inaf, como a de 2018, confirmam a máxima de relações familiares – não necessariamente convencionais -, a valorização doméstica do livro e da leitura, a cumplicidade e o apoio nos estudos impulsionam o letramento e colaboram com uma melhor performance no campo da leitura.

Neste contexto, a multiplicação de bibliotecas pode ser um fator decisivo na democratização do acesso à leitura, especialmente num país de renda mal dis-

tribuída como o Brasil (ABREU, 2003, p. 37). Já que, como se defende aqui, as condições intelectuais, afetivas e econômicas para a apropriação do patrimônio cultural, artístico e científico não deveriam ser um privilégio, mas sim um direito garantido a todos os cidadãos (SERRA, 2003, p. 74). Serra diz ainda que a educação que tem sido oferecida à maioria da população brasileira expressa uma silenciosa injustiça.

Silenciosa porque o livro que não é lido, o teatro que não é visto, a música que não é ouvida, a pintura que não é apreciada, a dança que não é sentida não aparecem como ausência. O pouco que é oferecido vem sempre em conta-gotas, como migalhas, deixando para a sorte de cada um a possibilidade de aprimoramento e de busca por mais e novas experiências. (SERRA, 2003, p. 75)

De todas as pistas recolhidas na imersão com o grupo de alunos da EJA, talvez a mais contundente seja a de que mecanismos simples – acessíveis à escola – podem não só mudar a rota dos alunos, alçando-os à condição de leitores da palavra, como colaborar para despertar o desejo pela leitura, em sua condição inicial, lúdica e urgente.

Considerações finais

O Brasil é um país de desigualdades. A desigualdade no acesso à educação é uma delas, talvez a principal. No entanto, nas últimas décadas, políticas de incentivo à educação tiveram o importante papel de reduzir a distância entre ricos e pobres no país. Aqui, entram a universalização do acesso ao ensino fundamental, o aumento das transferências do governo federal para municípios carentes, a implantação do sistema de cotas sociais e raciais nas universidades e os sistemas de bolsas concedidas a estudantes de baixa renda para fazerem uma graduação. Essa situação, no entanto, anda a passos lentos nos últimos anos, com a crise econômica e a mudança de plano de governo.

Mesmo assim, jovens e adultos que lhes foram negados o direito de estudar, seja pela pobreza, necessidade de trabalhar, dificuldade de acompanhar a turma ou por uma escola doente, voltam aos bancos escolares contrariando todas as expectativas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um sopro de esperança

num país de desencantamentos. Na expectativa por uma vida melhor, os alunos da EJA se esforçam para terminar os estudos. A grande maioria não consegue. É difícil e cansativo voltar a aprender depois de um dia puxado de trabalho. Poucos chegam lá.

Dos que conseguem terminar os estudos, muitos arrumam um emprego melhor, outros, mesmo que em minoria, entram na faculdade. Todos têm em comum o sentimento de satisfação pessoal após retornar à escola.

Afinal, não é só por um emprego melhor, tornar-se um leitor parece ser um compromisso de cidadania para quem acredita que ler é um ato que pode mudar o rumo da vida. É se fazer entendido num mundo de signos a se compreender. É fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, o que representaria uma importante conquista para o país. Porque quem lê tem a possibilidade de conhecer a sua realidade e a realidade dos outros e compará-las, é capaz de conhecer a sua história e lutar por um futuro diferente e novo. O que se quer frisar aqui é a relação direta entre escolarização e gosto pela leitura, entre alfabetismo e oportunidades sociais e a importância da atuação do professor em sala de aula, neste caso, ressaltando os esforços individuais da professora Lenice Conceição, que há sete anos atua na EJA. Porque, como visto, o problema está mais relacionado com as condições de acesso ao livro e à informação que à falta de interesse das pessoas.

Referências

- BLOOM, Harold. **Como e por que ler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: _____. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 231-253
- CONCEIÇÃO, Lenice. **Lenice Conceição** [12 nov. 2017]. Entrevistadora: Beatriz Pozzobon Araujo. Curitiba, 2017. Gravação em áudio por gravador digital.
- COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 180-192.
- FRAGA, Érica. Desigualdade pode voltar a crescer, diz pesquisador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 out 2013. Caderno Cotiano 2, p. 9
- _____. Educação explica 100% da desigualdade de renda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun 2013. Caderno principal, p. 12
- _____. Aumenta da escolaridade resulta em diminuição da desigualdade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 dez 2012. Caderno especial, p. 7.
- FERNANDES, José Carlos. **A leitura dos menos escolarizados**. In: Anais da IX Conferência de Mídia Cidadã. Curitiba: UFPR, 2013.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. In: Revista Paideia. Ribeirão Preto, dez, 2003.
- IOSCHPE, Gustavo. Falência da educação brasileira. **Veja**, São Paulo, 26 jul 2006. p. 104-105
- MOI, Isabela; MESQUITA, Mariana. Currículo na mira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mai 2011. Caderno Cotidiano, p. 5
- RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.
- RÖSING, Tania M. K; BECKER, Paulo. **Leitura e animação cultural**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

Sobre os autores

Beatriz Pozzobon Araujo: Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina (2014). Graduada em Comunicação Social - habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (2012). Tem experiência na área da Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Mídia Educação. É bolsista da Capes. Como jornalista, já escreveu textos para a Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Jornal de Londrina, entre outros veículos. E-mail: pozzobonbeatriz@gmail.com

José Carlos Fernandes: Professor do curso de Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom), da UFPR. Cronista e colaborador da Gazeta do Povo, onde atuou profissionalmente entre 1989 e 2016. Possui doutorado e mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialização em História da Arte no Século XX, pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap). É graduado em Filosofia pelo Cearp (1985), Jornalismo pela UFPR e Gravura pela Escola de Belas Artes do Paraná (1993). Pesquisa jornalismo e leitura, comunicação e oralidade, história do jornalismo no Paraná. É coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep), da UFPR; voluntário do projeto Ler e Pensar do Instituto GRPCom e Jornalista Amigo da Criança da rede Andi. E-mail: zeca@ufpr.br.